



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 209/2024

Dispõe sobre a concessão da Medalha Epitácio Pessoa, aos Doutores Diego Beltrão de Azevedo Tenório Acioli, Gaudêncio Jerônimo de Souza Neto e Maurício Wanderley de Freitas Ferreira. **Exara-se o Parecer pela constitucionalidade e Regimentalidade.**

Objetivo da Matéria - A presente proposição trata da concessão da mais alta honraria do Estado da Paraíba, a Medalha Epitácio Pessoa, aos Doutores Diego Beltrão de Azevedo Tenório Acioli, Gaudêncio Jerônimo de Souza Neto e Maurício Wanderley de Freitas Ferreira, todos integrantes do quadro da Polícia Civil da Paraíba.

Constitucionalidade e Regimentalidade - Matéria afeta à competência ampla dos parlamentares estaduais, conforme dispõe o art. 321 do Regimento Interno da Assembleia. No caso específico do projeto em análise foi cumprindo todos os requisitos regimentais exigidos para apresentação de honraria no âmbito do Parlamento estadual, sendo a matéria, portanto, apta a sua aprovação por esse colegiado.

AUTOR: Deputado CHICO MENDES

RELATOR: Dep. WALLBER VIRGOLINO

P A R E C E R N° 346 /2024

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o Projeto de Resolução de N° 209/2024, de autoria do Deputado Chico Mendes, o qual tem por objetivo conceder a Medalha Epitácio Pessoa, aos Doutores



Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Diego Beltrão de Azevedo Tenório Acioli, Gaudêncio Jerônimo de Souza Neto e Maurício Wanderley de Freitas Ferreira, todos integrantes do quadro da Polícia Civil da Paraíba.

No prazo regimental destinado a apresentação de emendas ao projeto não foi identificada nenhuma iniciativa neste sentido, sendo na forma original apresentada pelo autor que o projeto chega para análise desta relatoria.

O presente parecer foi elaborado com a assessoria institucional prestada por Consultor Legislativo vinculado ao órgão técnico de assessoria das Comissões da Assembleia Legislativa da Paraíba, conforme dispõe o art. 309, IV do Regimento Interno da Assembleia

Tramitação na forma regimental.

É o Relatório.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo, em sua essência, conceder à Medalha Epitácio Pessoa, aos Doutores Diego Beltrão de Azevedo Tenório Acioli, Gaudêncio Jerônimo de Souza Neto e Maurício Wanderley de Freitas Ferreira, todos integrantes do quadro da Polícia Civil da Paraíba.

Em que pese o interesse público aventado pelo nobre Deputado quando da apresentação da presente matéria, cabe a essa Douta Comissão de Justiça analisar a compatibilidade da propositura com a Constituição Federal, Estadual e a legislação pertinente, realizando um controle prévio de constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei no âmbito da competência estadual. É função desse colegiado agir como guardião da supremacia da Constituição e da legalidade, fazendo um verdadeiro controle preventivo de constitucionalidade em âmbito estadual, evitando que leis inconstitucionais ou ilegais façam parte do nosso ordenamento jurídico. Deste modo, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação cumpre um papel de fundamental importância para a segurança jurídica da nossa sociedade, fundamentada na força normativa da Constituição, realiza o aperfeiçoamento do sistema jurídico estadual.

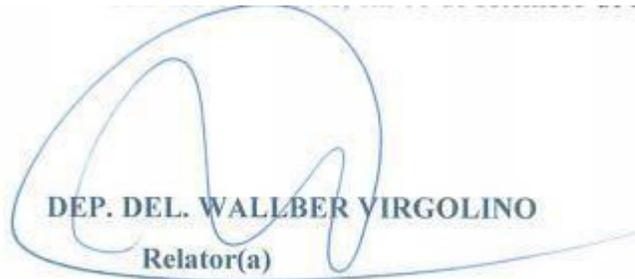
Em relação a matéria ora em análise, mesmo reconhecendo o nobre intuito do parlamentar ao apresentar o projeto, nesse estágio do processo legislativo nosso objetivo é realizar uma análise eminentemente jurídica acerca da admissibilidade constitucional da matéria. Devemos ater-se especificamente sobre adequação da matéria com a ordem jurídica vigente, sendo os aspectos relacionados ao mérito, caso reconhecida por esse colegiado a admissibilidade constitucional da matéria, analisados em momento oportuno pelo Plenário da Assembleia.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Em uma análise aprofundada da matéria por essa relatoria, compreendo que a mesma está revestida de todas as formalidades legais exigidas pelo art. 321 do Regimento Interno da Assembleia, o qual disciplina a concessão de títulos honoríficos pela Casa de Epitácio Pessoa.

Portanto, diante de tais considerações, esta relatoria, depois de retido exame da matéria, opina pela Constitucionalidade e Regimentalidade do Projeto de Resolução nº 209/2024.

É o voto.



DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO
Relator(a)

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto da Relatoria, opina pela **Constitucionalidade e Regimentalidade do Projeto de Resolução de nº 209/2024.**

É o parecer.



DEP. WILSON FILHO
PRESIDENTE



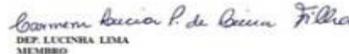
DEP. CÂMILA TOSCANO
Membro



DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO
Membro



Dep. Juliana Calixto de Souza
MEMBRO



Dep. Lucinea Lima
MEMBRO



DEP. EDUARDO CARNEIRO
MEMBRO



DEP. CHICO MENDES
Membro